DELIBERAÇÃO AC01 - G.JRPC - 1710/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/7724/2014
PROTOCOLO	: 1494187
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE JATEÍ
JURISDICIONADO (A)	: ARILSON NASCIMENTO TARGINO
CARGO	: PREFEITO
INTERESSADO (A)	: EULINA A. DOS SANTOS - ME
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 22/2014
RELATOR (A)	: CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL

EMENTA

LICITAÇÃO. CONVITE. CONTRATO ADMINISTRATIVO. CELEBRAÇÃO. REGULARIDADE.

São regulares os atos administrativos de licitação, na modalidade de convite, e de celebração de contrato, por meio dos quais hajam sido cumpridos os requisitos da lei ou do regulamento e não haja vício na documentação apresentada ao Tribunal.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 14ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara, de 18 de agosto de 2015, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade, nos termos do voto do relator, em:

I - declarar, com fundamento na regra do art. 59, I, da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, a regularidade dos atos administrativos relativos à:

a) licitação, realizada por meio do Convite n. 17, de 2014, pela Administração municipal de Jatei;

b) contratação instrumentalizada no Contrato Administrativo n. 22, de 2014, celebrada entre o Município de Jatei, representado pelo seu Prefeito Municipal Arilson Nascimento Targino, e a empresa Eulina A. dos Santos - ME;

II - determinar a remessa dos autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo-1ª ICE, para o posterior exame dos documentos da execução financeira da contratação.

Campo Grande, 18 de agosto de 2015.

Conselheiro José Ricardo Pereira Cabral - Relator.

RELATÓRIO

Tratam as peças dos autos do Contrato n. 22/2014, celebrado entre o Município de Jateí e a empresa Eulina A. dos Santos - ME, ocasionando a análise dos documentos relativos aos procedimentos de licitação e de formalização contratual pela 1ª Inspetoria de Controle Externo (Análise n. 17599/2014, peça 23), e considerados regulares. Por outro lado, o Procurador do Ministério Público de Contas, em manifestação sobre a matéria, emitiu o Parecer GAB.2 DR.JOAOMJ-5508/2015 (peça 24) e opinou pela:

"- **ILEGALIDADE e IRREGULARIDADE do procedimento licitatório**, com lastro nas disposições constantes no art. 120, inciso I da Resolução Normativa TC/MS nº 076 de 11 de dezembro de 2013.

- **ILEGALIDADE e IRREGULARIDADE da formalização do Contrato Administrativo nº 22/2014**, com lastro nas disposições constantes no art. 120, inciso II da Resolução Normativa TC/MS nº 076 de 11 de dezembro de 2013.

- **APLICAÇÃO DE MULTA ao responsável, pela prática de ato com grave infração à norma legal**, com lastro no artigo 42, inciso IX c/c artigo 44, I, ambos da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012.".

É o Relatório.

V O T O

Ao examinar o assunto dos autos, verifico que o Procurador de Contas opinou pela declaração de irregularidade dos procedimentos de licitação e de formalização contratual, em razão da ausência de publicação do aviso de licitação na imprensa oficial do Município. Nesses termos, alegou aquela autoridade que "A publicação do aviso de licitação, conforme se depreende do documento encartado à folha 20 da peça 9, se deu através da afixação em mural.".

E havendo assim se manifestado, concluiu a autoridade ministerial que "... no nosso sentir, tal não atende ao princípio da publicidade, tal como expresso no caput do art. 37 da Constituição Federal, a despeito do disposto no § 3º do art. 22 a Lei n. 8.666/93.".

Da minha parte, quanto ao ponto acima analisado, assinalo que a publicidade do edital de certame licitatório, na modalidade de convite, pode ser feita mediante a afixação do seu resumo no mural do edifício sede da Prefeitura Municipal, nos termos do art. 22, § 3º, da Lei (federal) n. 8.666, de 1993. Portanto, não ocorreu, nesse ponto, qualquer irregularidade na prática do ato pelo Prefeito do Município, posto que ele agiu na conformidade do permissivo legal.

E assim ocorrendo, destaco o trecho em que o autor Marçal Justen Filho[1] leciona, a respeito da regra do caput do art. 21 da Lei (federal) n. 8.666, de 1993, nos seguintes termos:

> *"**A Lei não exige a publicação pela imprensa dos avisos relacionados com convites.***
>
> *Tem-se questionado acerca da obrigatoriedade da publicação do aviso de convite pela imprensa. Rigorosamente, a resposta é negativa. É claro que isso não significa validar licitação sigilosa, o que retrataria verdadeira contradição em termos. É obrigatório tornar pública a instauração da licitação, mas **não é imperioso que o convite seja objeto de divulgação pela imprensa.** ".*
>
> Negritos adicionados

Tudo considerado, voto nos termos de DECLARAR REGULARES os procedimentos de LICITAÇÃO, realizado por meio do Convite n. 17/2014, e de FORMALIZAÇÃO do Contrato n. 22/2014, celebrado entre o Município de Jateí e a empresa Eulina A. dos Santos - ME, com fundamento na regra do art. 59, I, da Lei Complementar (estadual) nº 160, de 2 de janeiro de 2012.

Depois de julgada a matéria deste processo, os autos devem ser encaminhados à 1ª ICE, para o acompanhamento da execução financeira da contratação.

É como voto.

[1] JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010, p. 253, 254.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime, firmada nos termos do voto do Conselheiro Substituto relator e proferida nos sentidos de:

I - declarar a regularidade dos atos administrativos relativos à:

a) licitação, realizada por meio do Convite n. 17, de 2014, pela Administração municipal de Jatei;

b) contratação instrumentalizada no Contrato Administrativo n. 22, de 2014, celebrada entre o Município de Jatei, representado pelo seu Prefeito Municipal Arilson Nascimento Targino, e a empresa Eulina A. dos Santos - ME;

II - determinar a remessa dos autos à 1ª ICE, para o posterior exame dos documentos da execução financeira da contratação.

Presidência do Exmo. Sr. Conselheiro Jerson Domingos.

Relator, o Exmo. Sr. Conselheiro José Ricardo Pereira Cabral.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros Ronaldo Chadid e Jerson Domingos.

Presente o Exmo. Sr. João Antônio de Oliveira Martins Júnior, Procurador de Contas.

Campo Grande, 18 de agosto de 2015.

JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL
Conselheiro Relator